



## 1ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO SEGUNDO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, realizada aos 27 dias do mês de fevereiro de 2025. Às 09h16min, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), fez a abertura da presente Audiência Pública, de autoria do Poder Executivo, para apresentação do desempenho do Município quanto ao cumprimento das metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a execução das Receitas e das Despesas, conforme consta no Relatório Resumido de Execução Orçamentária referente ao sexto bimestre (nov/dez/2024) e no Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre (set/dez/2024). Foi comunicado que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela JFTV (canal 35.1) e divulgada no site oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora com reprodução no canal do YouTube. Falou-se, ainda, que a participação popular está assegurada também por meio do aplicativo de mensagem WhatsApp da Câmara Municipal de Juiz de Fora (32) 99183-0706, pelo qual podem ser enviados os questionamentos e as sugestões até 30 (trinta) minutos após o início da audiência pública. Foi informado, ainda, que a Câmara Municipal concede a oportunidade a todos os participantes desta audiência pública de usar a palavra e serem ouvidos, de forma transparente e igualitária; e que cada cidadão pode expressar sua visão, inquietação, sugestão e esclarecimento sobre o tema desta audiência pública, ciente de que a responsabilidade por suas palavras é individual. Para dar início, passou-se a palavra ao Senhor Diego Resende Ribeiro Pessoa, Controlador Geral do Município, que apresentou as Receitas e as Despesas, bem como os limites legais e o comportamento da dívida pública referente ao terceiro quadrimestre do exercício de 2024. Ele começou informando que a previsão de Receita para 2024 era de R\$ 3,3 bilhões, com uma arrecadação de 95% do previsto, totalizando R\$ 3,1 bilhões. Apresentou as Receitas Correntes, destacando que, em relação aos impostos e às taxas, houve uma arrecadação de 104% do valor previsto. As Receitas Patrimoniais registraram uma arrecadação de 115%, enquanto as contribuições alcançaram 106% da previsão. As transferências correntes atingiram 91% do previsto, e outras receitas tiveram uma arrecadação de 53%, impactadas pela baixa transferência do Governo do Estado. Na sequência, ele prosseguiu explicando os dados gráficos. Durante a reunião, foi destacado que as Receitas de Capital, as transferências de operações de crédito, a alienação de bens e as transferências de capital destinadas ao aumento do patrimônio público atingiram 45% do valor previsto para o período. As Receitas de Capital foram subdivididas em operações de crédito, que tiveram uma arrecadação de 101% do previsto; alienação de bens, que alcançou 574% da previsão; e transferências de capital, que atingiram 21% do previsto, correspondendo aos valores recebidos de entes públicos ou privados destinados a Despesas de Capital. Dessa forma, a Receita Total arrecadada, considerando a soma das Receitas de Capital e Corrente, foi de R\$ 3,2 bilhões, correspondendo a 92% do total para o exercício de 2024, e destacando que as Receitas Correntes Próprias do Município correspondem a praticamente metade das Receitas Correntes Totais. Em 2024, o IPTU foi arrecadado em 103% da previsão anual, devido a descontos oferecidos para pagamento à vista. Também abordou as Receitas de Capital, que são destinadas ao aumento do patrimônio público, informando que a arrecadação foi de 45% do valor previsto. Explicou que as operações de crédito atingiram 101%, enquanto as transferências da União e do Estado ficaram abaixo do esperado, impactando negativamente o orçamento. Foi apresentado um comparativo das receitas entre os exercícios de 2023 e 2024, destacando um aumento de 9% na Receita Total, superando a inflação. Esclareceu ainda que houve resultado positivo no tocante ao crescimento das receitas, considerando que foi quase o dobro do valor da inflação acumulada. O Controlador Geral do Município passou a detalhar as despesas executadas, informando que 88% das Despesas Correntes foram utilizadas para o custeio e informou que a Despesa Total foi 86% executada no previsto para o ano, demonstrando um investimento eficiente dos recursos públicos. Destacou os investimentos em obras durante o exercício de 2024 no valor de R\$ 57,2 milhões. Foram apresentados limites e resultados para o Município, contendo o saldo de restos a pagar, que chegou a apenas R\$ 18 milhões ao final de 2024, e mostrando uma gestão mais eficaz em relação ao ano



## 1ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

anterior. Informou que a disponibilidade financeira ao final do exercício foi de R\$ 506,6 milhões, o que demonstra uma boa saúde financeira do Município. O Senhor Diego apresentou que, ao final do exercício de 2024, a Prefeitura de Juiz de Fora possuía uma disponibilidade de mais de R\$ 406,5 milhões, sendo R\$ 75,5 milhões de recursos do Tesouro e R\$ 330,9 milhões de recursos vinculados, refletindo a excelência na gestão dos recursos públicos. O Controlador também abordou o Índice de Capacidade de Pagamento (Capag), que mede a qualidade das finanças do Município, variando de D (nota mínima) a A (nota máxima). Expôs que o Município iniciou o exercício com nota C e, ao final de 2024, alcançou a nota A, demonstrando que as finanças estão em ordem. Foi informado que a Receita Corrente Líquida (RCL) totalizou R\$ 2,9 bilhões, resultando em uma RCL de R\$ 2,68 bilhões; e que RCL ajustada para limite de endividamento ficou em R\$ 2,65 bilhões e para limite de despesa com pessoal, em R\$ 2,62 bilhões. O Controlador ressaltou que a dívida consolidada líquida do Município foi de -7,19%, indicando que, mesmo se todas as dívidas fossem quitadas, ainda haveria R\$ 191 milhões disponíveis. O Senhor Diego apresentou todos os investimentos e todas as ações realizados pelo Executivo. Ele também explicou que a dívida fundada abrange todas as obrigações financeiras do Município, como contratos e operações de crédito. Em 2023, o saldo era de R\$ 236,5 milhões, subindo para R\$ 336,4 milhões em 2024, o que representa 13% da RCL e um crescimento de 3%, visto que ficou inferior à inflação do período, que foi de 4,83%. Foi discutida a regra de ouro, que proíbe a realização de operações de crédito que superem as Despesas de Capital. Relatou que o índice para 2024 foi de 17%, 4% menor do que o de 2023. Além disso, o Controlador abordou o art. 167-A da Constituição Federal, uma Emenda Constitucional de 2021, que apura a média móvel da relação entre a Despesa Corrente e a Receita Corrente. Informou que o índice apurado para Juiz de Fora entre janeiro e dezembro de 2024 foi de 86,62%, finalizando sua apresentação. Pela ordem Vereador André Mariano explicou o motivo do seu atraso. Pela ordem, Vereador Maurício Delgado iniciou a sessão agradecendo ao Presidente e reiterou uma solicitação feita anteriormente pedindo para que na próxima apresentação dos números o Senhor Diego disponibilizasse os dados com antecedência. Destacou a importância de se ter tempo para analisar as informações, tanto para os Vereadores quanto para o público que assiste. Ressaltou a necessidade de um entendimento mais profundo dos números apresentados, já que muitos não possuem a mesma expertise que a equipe técnica. O Vereador mencionou também que é fundamental permitir que os telespectadores possam interagir e compreender melhor os dados. Comentou sobre os investimentos em Saúde no Município de Juiz de Fora, apontando que houve uma redução superior a 15% nos investimentos próprios nos últimos 4 anos. Pediu que essa informação seja considerada nas próximas discussões. Por fim, solicitou que, na próxima apresentação, os números sejam enviados com, pelo menos, dois dias de antecedência, permitindo uma análise mais cuidadosa e um diálogo mais produtivo. Com a palavra, o Vereador Sargento Melo Casal, em sua exposição, destacou a importância da Lei Complementar nº 101 e do art. 166 da Constituição Federal, que determinam a apresentação das metas fiscais nos meses de maio, setembro e fevereiro. Enfatizou que o Secretário da Fazenda deve demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais em audiência pública. Criticou a forma como a apresentação foi conduzida, afirmando que não se tratou de uma apresentação das metas fiscais, mas de uma exposição desnecessária com 40 slides que não abordaram os dados relevantes. Expressou sua insatisfação com a falta de foco nas metas fiscais, ressaltando que o que realmente importa é o que foi atingido em termos de metas fiscais, conforme estipulado pela lei. Também mencionou que, em apresentações anteriores, houve uma mistura de informações sobre obras e ações que não se relacionam diretamente com as metas fiscais, o que dificultou a compreensão do que realmente foi alcançado. Criticou ainda a Administração Municipal, referindo-se a práticas que considera enganosas, e inclusive, mencionando a atuação da Secretária Fernanda Finotti e a manipulação dos dados orçamentários. Apresentou dados provenientes do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para fundamentar suas alegações acerca do limite prudencial de despesas com pessoal, que se encontra em 86,82%. Destacou que este limite deve permanecer abaixo de 95% para que seja viabilizado o



## 1ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

acesso a empréstimos. Nos meses subsequentes, a instituição não conseguiu manter suas despesas abaixo do limite estabelecido de 95%. Ele questionou como o Município pretende arrecadar mais de 654 milhões de reais e contrair empréstimos, considerando a atual situação financeira. Destacou que, em dezembro, mesmo com a arrecadação de 347 milhões, o Município pagou apenas 282 milhões de reais, quando as despesas deveriam ser maiores. Alertou que as despesas correntes aumentaram no final do ano e que o Município está se endividando. Ressaltou que as contas públicas estão sendo maquiadas e que é necessária auditoria para entender se o orçamento deste ano está sendo usado para cobrir despesas de anos anteriores. Comparou a situação atual com práticas passadas, mencionando que o que está sendo feito em Juiz de Fora é vergonhoso, especialmente em relação aos empréstimos que a Prefeita Margarida Salomão deseja contrair, o que pode comprometer o futuro da cidade. Concluiu afirmando que, embora o trabalho da Secretária Fernanda Finotti engane algumas pessoas, ela não engana a todos. Com a Palavra, o Vereador Juraci Scheffer, destacou a complexidade do orçamento público, explicando que este é uma previsão orçamentária e que a execução orçamentária deve ser cuidadosamente controlada. Mencionou a experiência anterior com a Secretária Cléria Miranda, que gerenciava as Secretarias através de cotas, ressaltando a diferença entre empenho e liquidação de despesas. Abordou o impacto do pagamento do piso salarial da Secretaria de Educação, que trouxe dificuldades financeiras ao Município, especialmente devido ao retroativo do Piso Nacional. Criticou a imposição do "art. 167 A" da Constituição Federal, que, segundo ele, dificulta a gestão financeira dos municípios, ressaltando que a situação é comum a várias cidades do Brasil. Também fez referência à "herança" de restos a pagar do Governo anterior e defendeu a prudência financeira da atual Administração. Comentou sobre a inocência da ex-Presidente Dilma Rousseff em relação à pedalada fiscal, enfatizando que a gestão atual está lidando com desafios financeiros significativos. Elogiou o Município e afirmou que o mesmo está apto a contrair um empréstimo de 660 milhões de reais para investimentos, destacando que isso é permitido pela regra de ouro, desde que seja para fins de investimento e não para custeio. Enfatizou a importância da revitalização do Centro Histórico, afirmando que o recurso para essa finalidade chega em boa hora. Parabenizou o Executivo pela evolução que a cidade tem demonstrado e expressou a necessidade de aumentar o orçamento municipal. Agradeceu pela paciência do Presidente e reiterou que o Vereador Sargento Melo Casal está realizando um trabalho correto na fiscalização, mas que essa competência é da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, presidida por ele, da qual são membros os Vereadores Marlon Siqueira e Thiago Bonecão. Ato contínuo, afirmou, em nome da Comissão, que a saúde financeira do Município é boa e que a perspectiva para os próximos 4 anos é de haver muitas obras e melhorias nos serviços de Saúde e Educação. Destacou, por fim, que a Prefeita Margarida é uma excelente gestora. Pela ordem, o Vereador Sargento Melo iniciou sua fala destacando a implementação de uma taxa da Cesama destinada a cuidar de investimentos na cidade, especificamente relacionados ao esgoto. Informou sobre a realização de empréstimos no valor de R\$ 28 milhões, ressaltando a necessidade de manutenção e esclarecendo a diferença entre Despesa de Capital e Despesa Corrente. Definiu Despesa de Capital como o valor de um bem, citando o exemplo de uma casa avaliada em R\$ 300.000; e as Despesas Correntes como aquelas necessárias para a manutenção do imóvel. Advertiu que, ao contrair um empréstimo acima do valor do bem como, por exemplo, um empréstimo de R\$ 350.000 e uma casa de R\$ 300.000, o Município estaria se empobrecendo em R\$ 50.000, já que consumiria recursos superiores ao que possui. Destacou a importância da aprovação da maioria absoluta para empréstimos que ultrapassem a Despesa de Capital, alertando sobre as consequências disso, como a diminuição na contratação de profissionais da Educação e Saúde. Criticou a justificativa apresentada pelo Governo sobre a necessidade de cortes e a falta de contratação de Professores de Apoio, enfatizando que as escolas estão sem profissionais necessários e isso impacta diretamente na educação das crianças. Reforçou que a questão não é apenas sobre o empréstimo, mas sim sobre os impactos a longo prazo e sobre a responsabilidade da Casa Legislativa em aprovar ou não essas medidas. Questionou a necessidade



## 1ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025 ATA APROVADA

de um montante tão elevado, R\$ 660 milhões, e sugeriu que os investimentos sejam realizados em fases, priorizando ações essenciais, como a contratação de Professores e Enfermeiros. Concluiu sua fala ressaltando a importância de atender às verdadeiras necessidades da população em vez de priorizar projetos que não atendem às demandas básicas, como a manutenção de parques. Passou-se para as considerações finais. Com a palavra, o Senhor Diego Rezende, Controlador do Município, iniciou sua fala respondendo à demanda do Vereador Maurício Delgado sobre a entrega de informações com antecedência. Explicou que trabalha para apresentar os dados de forma célere, porém, para a apresentação, são necessárias diversas planilhas e a consulta a várias Secretarias, que geram as informações necessárias. Em relação ao investimento na Saúde, que foi apontado como uma diminuição, ressaltou que a Constituição estabelece um percentual de 15% de recursos para custeio do Tesouro. Com a Receita proveniente do Governo Federal destinada a Despesas Correntes, explicou que o investimento do Tesouro, que anteriormente seria utilizado para custeio, está sendo direcionado para Despesas de Capital, como a construção de creches, UBS e melhorias nas clínicas. Destacou que, no exercício de 2024, o Município foi prejudicado pelo Governo do estado de Minas Gerais, que deixou de repassar cerca de R\$ 21 milhões em Receitas de Capital. Por conta disso, ao receber recursos do Governo Federal, optou por investir em saúde, focando em Despesas de Capital para ampliar e reformar as UBS, e oferecendo melhor qualidade de trabalho para os Servidores e maior acolhimento à população. Mencionou que, com isso, o Município atingiu um recorde de R\$ 1,129 bilhões em investimentos em custeio e capital na Saúde. Sobre as certidões, o Senhor Diego mencionou que, no exercício de 2024, a situação está dentro das normas, citando o art. 167-A, conforme discutido pelo Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Explicou que todos os períodos tiveram certidões negativas emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado, que fiscaliza as normas fiscais e as despesas dos municípios. O Controlador comparou a gestão fiscal a um fluxo de caixa de uma casa ou empresa, ressaltando que é normal haver variações nas receitas e despesas ao longo do ano. Informou que, no final do exercício, o saldo ficou positivo, com despesas abaixo das receitas. Por fim, mencionou que o Tribunal de Contas deliberou sobre uma consulta de outro município, estabelecendo regras para o cálculo do art. 167-A. Afirmou que o Município está dentro da regra, com um saldo positivo de 86%, e que todos os dados estão disponíveis para comprovar a veracidade das informações, assegurando que não houve erro ou alteração nas contas. Por último, agradeceu a oportunidade de se manifestar. Pela ordem, o Vereador Sargento Melo iniciou sua fala ressaltando que nem tudo que é legal é moral. Questionou o fato da justiça atrasar o pagamento do 13º do piso salarial, dizendo ser injusto, e comentou sobre a situação dos hospitais, que também estão sem receber. Enfatizou que tal atitude não é correta e que manter certidões não deve ser feito à custa de setores essenciais como Saúde e Educação. Criticou a prática de ajustar o orçamento no último mês, apontando que essa estratégia prejudica categorias inteiras e empresas que ficaram meses sem receber. Destacou que, ao final do ano, o cidadão precisa receber o que lhe é devido e não é justo que parte da enfermagem receba enquanto prestadores do SUS ficam sem pagamento. Propôs a elaboração de um projeto de lei para garantir que os repasses sejam feitos de maneira correta e regular, em oposição a portarias que podem ser revogadas a qualquer momento. Defendeu que todos os profissionais devem ser remunerados adequadamente para que o Município não passe vergonha. Também criticou a qualidade da merenda escolar, afirmando que a situação é vergonhosa, já que crianças estão recebendo refeições inadequadas, como arroz, feijão e farinha, o que é revoltante. Mencionou a necessidade de ações concretas para melhorar a alimentação escolar, destacando que o Ministério Público deve investigar a situação. Concluiu sua fala expressando indignação sobre a falta de atenção à merenda escolar, lamentando que o foco está em outras questões enquanto as crianças sofrem com a falta de qualidade na alimentação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente Zé Márcio Garotinho encerrou a Audiência Pública às 10h55min. Estiveram presentes: Senhor Ronaldo Pinto Júnior, Secretário de Governo; Senhor Giliard Gomes Tenório, Secretário de Comunicação Pública; Senhor



**1ª reunião AUDIÊNCIA PÚBLICA do dia 27/02/2025  
ATA APROVADA**

Diego Rezende Ribeiro Pessoa, Controlador Geral do Município; Senhor Wilson Rodrigo de Oliveira, Supervisor de Acompanhamento da Gestão Fiscal; Senhora Geny Braz, Gerente do Departamento de Controle da Gestão Operacional da Controladoria Geral do Município; e Senhor Vinícius Martins, Coordenador da Unidade de Controle Legislativo e Fiscalização da Câmara Municipal. Compareceram os Vereadores: André Luiz Gomes Mariano (André Mariano), Carlos Alberto de Mello (Sargento Mello Casal), Carlos José de Souza (Fiote), Jefferson da Silva Januário (Negro Bússola), João Wagner de Siqueira Antoniol (João Wagner Antoniol), José Márcio Lopes Guedes (Zé Márcio Garotinho), Juraci Scheffer, Marcelo Vitor Mendes Condé (Dr. Marcelo Condé), Marlon Siqueira Rodrigues Martins (Marlon Siqueira), Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado (Maurício Delgado), Roberta Lopes Alves (Roberta Lopes), e Tiago Rocha dos Santos (Tiago Bonecão). Para constar, Amanda Krass Vaz de Melo, Superintendente de Registros e Normatização Legislativa lavrou a presente ata, que vai devidamente assinada nos termos regimentais, após aprovada em Plenário no dia 19 de março de 2025.

**José Márcio Lopes Guedes**  
**Presidente da Câmara Municipal**

**João Wagner de Siqueira Antoniol**  
**1º Secretário**

